

**A. I. N°** - 277993.0022/01-7  
**AUTUADO** - ELIANA BARRETO  
**AUTUANTE** - VERA MARIA PINTO DE OLIVEIRA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 22/02/2002

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0022-03/02

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS POR CONTRIBUINTE NÃO INSCRITO. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O que caracteriza ser determinada pessoa contribuinte ou não do ICMS não é o fato de estar ou não inscrito no cadastro estadual, e sim o preenchimento ou não dos requisitos do art. 36 do RICMS/97. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração de 06/10/2001, exige ICMS de R\$ 7.290,06, e multa de 60%, em decorrência de mercadorias acompanhadas de documentação fiscal destinadas a estabelecimento comercial, industrial, produtor ou extrator, não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS no Estado da Bahia.

O autuado, através de patrono legalmente constituído, tempestivamente, ingressa com defesa, fls. 38 a 42, e aduz que o Auto de Infração é improcedente pois todas as mercadorias objeto da autuação foram destinadas a pessoa física, que as adquiriu para uso pessoal em sua nova residência, dotada de conforto, segurança e lazer. Afirma que concluída a parte estrutural do imóvel, iniciou-se a decoração propriamente dita, onde foram requisitadas roupas de cama, mesa e banho a uma loja especializada no ramo, levando-se em conta qualidade, apresentação das mercadorias, preço e forma de pagamento. Contudo, que foi surpreendida com a apreensão de suas mercadorias, sob o fundamento de serem destinadas a estabelecimento comercial não inscrito no cadastro de contribuintes do Estado. Salienta que as mercadorias apreendidas estavam devidamente acompanhadas das notas fiscais, emitidas pela empresa Trosseau Ind. e Com. Ltda., havendo sido recolhido o importe tributário devido quando da sua emissão. Ressalva que no processo não há tipificação dos motivos alegados para a lavratura do termo de infração, exigência que considera imprescindível e irrenunciável, sob pena de caracterizar-se absoluta nulidade. Lembra o princípio da não cumulatividade do ICMS, onde em cada operação o imposto só incide efetivamente sobre o valor adicionado.

O autuante presta informação fiscal, fls. 49 e 50, mantém o Auto de Infração, sob a égide de que contribuinte do ICMS é qualquer pessoa física ou jurídica que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operação de circulação de mercadorias.

## VOTO

Inicialmente verifico que o Auto de Infração em lide foi lavrado atendendo aos requisitos formais, portanto eficaz para surtir seus efeitos jurídicos e legais. O Termo de Apreensão e Ocorrências nº 277993.0012/01-1, que o embasa, descreve a infração e traz ainda a relação das mercadorias apreendidas.

No mérito, o autuado se insurge quanto ao fato de ter sido considerado contribuinte não inscrito do ICMS, e alega que as mercadorias adquiridas foram para compor a guarnição de cama/banho de sua nova casa recém construída. Como prova de sua assertiva, traz ao PAF a planta de sua nova moradia, de autoria de renomado arquiteto.

Não obstante esta alegação, verifico que as mercadorias adquiridas foram em grande volume, tais como 34 travesseiros, 32 protetores para travesseiro, 48 toalhas de banho, 48 toalhas de rosto, 22 pisos diversos, etc., volume este que entendo ser incompatível com a finalidade de mero consumo ou uso pessoal.

O ICMS incide sobre operações com mercadorias, realizadas não apenas por comerciante, industrial ou produtor, mas podem ser validamente compelidos à posição de sujeitos passivos do ICMS quem lhe faz às vezes, como o comerciante de fato, o comerciante irregular, ou qualquer pessoa que promova atos de comércio.

Reiterando este entendimento, o Regulamento do ICMS do Estado da Bahia, com suporte na Lei 7.014/96, qualifica o sujeito passivo, contribuinte, como a pessoa física que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria, conforme o caput do art. 36:

*Art.36. Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa física ou jurídica que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.*

O que caracteriza ser determinada pessoa contribuinte ou não do ICMS não é o fato de estar ou não inscrito no cadastro estadual, e sim o preenchimento ou não dos requisitos do art. 36, consoante o disposto no art. 151, ambos os artigos do RICMS/97.

No presente caso, o imposto incidente sobre as mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, deverá ser recolhido por antecipação, na entrada no território deste Estado, pois destinadas a contribuinte não inscrito.

Em consulta ao Sistema de Informações do Contribuinte, na SEFAZ, (documentos anexos), verifiquei que o autuado faz parte do grupo societário de várias empresas, que inclusive se encontram em situação irregular perante esta Secretaria, estando portanto familiarizada com a atividade comercial.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 277993.0022/01-7, lavrado contra **ELIANA BARRETO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 7.290,06**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “e”, da Lei 7.014/96, e demais acréscimos legais

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de janeiro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR